

-----**ACTA N.º 9**-----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2014:**

Aos vinte e oito dias do mês de Novembro do ano de dois mil e catorze, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, no auditório da Escola Profissional Vasconcelos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves Salgado e pelos 1.º e 2º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período destinado à intervenção do público; Período antes da Ordem do Dia; Ordem do Dia: -----

- 1) Votação das Actas n.ºs. 06, 07 e 08; -----
- 2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- 3) Mapa de Pessoal – 2015 – Proposta n.º 20/2014; -----
- 4) Participação Variável de IRS para 2015; -----
- 5) Derrama para 2015; -----
- 6) Orçamento e Opções do Plano para 2015; -----
- 7) Delegação de competências nas Freguesias para 2015; -----
- 8) Apoio às Freguesias no Quadro da promoção e salvaguarda dos interesses das populações; -----
- 9) Autorização Genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal; -----
- 10) Revisão Orçamental n.º 3; -----
- 11) Mealhada – Alteração de Distrito. -----

O 1.º Secretário da Mesa, Senhor António Ferreira Ribeiro procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Deputado Municipal, Rodrigo Manuel Gomes Breda, solicitou a sua substituição o que veio a verificar-se por Manuel Amorim da Silva. O Senhor Deputado Municipal André Manuel Vaz Seco não esteve presente, tendo apresentado justificação. -----

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

A Senhora Presidente da Mesa deu início ao período destinado à Intervenção do Público, tendo-se inscrito a Senhora Dra. Cristina Luxo, para intervir sobre os lugares de estacionamento em frente à Farmácia Miranda, na Mealhada, e o Senhor Hugo Alves Silva, sobre a ERSUC. -----

A Senhora Presidente deu a palavra à Senhora Cristina Luxo, que interveio, referindo que antes das obras executadas na Rua José Cerveira Lebre, existiam dois lugares de estacionamento em frente à Farmácia Miranda. Durante a realização das obras, esses lugares foram transferidos para a Quinta da Nora, na Rua Armindo Pega, mas, ao contrário das expectativas dos proprietários da farmácia, terminadas as obras, não ficaram lugares de estacionamento em frente à farmácia. O motivo da sua intervenção é para sensibilizar todos os participantes na Assembleia, para um problema que não é só dos proprietários mas também de todos os utentes da Farmácia Miranda. Acrescentou que a preocupação já surgiu quando foi colocada a questão da rua passar a ser

pedonal. A situação foi exposta ao anterior Executivo e foi prometido que seriam colocados dois lugares de estacionamento em frente à farmácia, mas ficaram surpreendidos quando verificaram que no projecto aprovado e concluído os mesmos não estavam previstos. Contactaram com o Senhor Presidente da Câmara, que ficou sensibilizado com o problema, mas o impasse continuou. Por entenderem que ainda é possível resolver o problema, propuseram a solução de ser permitida a circulação na rua, a baixa velocidade, para acesso à farmácia e a colocação de dois lugares de estacionamento em frente à mesma, com tempo limite. Esta solução é importante porque a farmácia não é um espaço comercial normal. A farmácia e o farmacêutico são fundamentais na prestação de cuidados de saúde. A Farmácia Miranda sempre teve a preocupação de prestar os melhores cuidados de saúde aos seus utentes, colocando-os em primeiro lugar, deixando, muitas vezes, para segundo plano o interesse económico e, exemplo disso, é o serviço permanente que foi mantido pela farmácia mesmo quando deixou de ser obrigatório, sendo a única no concelho a fazê-lo. Por se colocar o interesse do utente em primeiro lugar é que os proprietários e alguns utentes da farmácia foram à sessão para sensibilizar para as dificuldades com que se deparam alguns utentes pela falta de estacionamento, pois alguns têm mobilidade reduzida, tornando-se difícil andar cem ou duzentos metros. Concluiu, agradecendo a presença de alguns utentes, bem como a atenção que os membros da Assembleia Municipal deram às preocupações dos proprietários da farmácia, apelando para a resolução do problema, pois a solução proposta não é difícil nem complicada. -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Hugo Alves Silva, para intervir sobre a ERSUC que questionou o Senhor Presidente da Câmara, sobre a existência de algum compromisso escrito sobre o mandato para as negociações das acções da ERSUC. Colocou outra questão relacionada com o compromisso de solidariedade evocado para a aquisição de um milhão e novecentos mil euros de acções, retirado do orçamento municipal, cada vez mais magro, num concelho que precisa de investimento interno. -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões que foram colocadas. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, a ser autorizado o estacionamento junto à farmácia e a outro estabelecimento que também solicitou o mesmo isso fará o Município perder alguns milhares de euros. A obra tem comparticipação comunitária e se o projecto for alterado, o financiamento ficará em causa, devendo a questão ser ponderada, uma vez que a alteração terá implicações financeiras. Disse compreender as razões apresentadas, e referiu ainda o facto de não terem chegado à Câmara Municipal qualquer contestação à pedonalização da rua. O Código dos Contratos Públicos é extremamente exigente e se constar alguma norma imperativa não permitindo deliberações relativamente a uma obra que foi executada, não poderá assumir essa responsabilidade. A garantia que podia dar era que a Câmara Municipal, na reunião do Executivo, a realizar na segunda-feira seguinte iria analisar o assunto. O Senhor Presidente, quanto à intervenção sobre a ERSUC e ao compromisso, este não existe porque não existe transacção. Quanto à importância não será

um milhão e novecentos mil euros porque o Município de Águeda comunicou à entidade que terá que regular o direito de preferência dos municípios, que não estava disponível para vender as ações, e assim, o compromisso seria de um milhão e seiscentos mil Euros. Só haverá transação quando o Tribunal de Contas visar o processo. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Não havendo mais intervenções do público, a Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra. -----

Inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais António Miguel Ferreira, Isabel Lemos, Paula Coelho e Manuel Jacinto. -----

1) Interveio o Senhor Deputado Municipal António Miguel Ferreira, referindo que a criação dos lugares de estacionamento junto à Farmácia Miranda promove a saúde pública, tem benefícios para os utentes e para os munícipes, devendo ser tratada com toda a concentração. Referiu que foi dito pelo Senhor Presidente, que a alteração ao projecto traria grandes lesões financeiras e questionou que prejuízos adviriam para os utentes com a não existência dos lugares de estacionamento e que um Município que arranja cerca de um milhão e novecentos mil euros para comprar acções da ERSUC, de certeza suportaria um pequeno prejuízo em prol dum benefício dos munícipes. Perguntou se no período da consulta pública referente ao projecto de requalificação e pedonalização, os munícipes e proprietários da farmácia da rua terão feito a advertência no sentido de serem garantidos os dois lugares de estacionamento. Acrescentou que, tendo em consideração o princípio da igualdade, entre estabelecimentos que prestam os mesmos serviços, a Câmara Municipal deverá fazer o mesmo. Acrescentou que o Grupo Municipal Juntos pelo Concelho de Mealhada, iria fazer a entrega à Mesa duma proposta, para votação. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para responder à questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal António Miguel Ferreira, tendo referido a obra poderá ter apoio dos fundos comunitários ao abrigo do programa + Centro e que qualquer alteração com trabalhos a mais ou a menos penalizará a candidatura. Se a Câmara desistir de criar aquele espaço pedonal, perderá oitenta e cinco por cento do valor que a obra custou. Se a Câmara deliberar alterar um projecto que foi aprovado e lançado a concurso, mais de vinte por cento. Os membros da Câmara que tal decidirem poderão ser responsabilizados financeira e criminalmente. Acrescentou que, por muito boa vontade que a Câmara Municipal tenha, algumas decisões serão difíceis de tomar pelo que solicitou alguma compreensão para a posição da Câmara Municipal. Quanto à discussão pública, referiu que em 30 de junho de 2010, enquanto membro da Assembleia Municipal, insurgiu-se contra o projecto, tendo manifestado o seu desacordo pela pedonalização da rua, pois tinha conhecimento de que a população tinha chumbado um projecto de pedonalização daquela rua. -----

2) Interveio a Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, referindo que relativamente aos lugares de estacionamento, sem por em causa o projecto, terá que ser ponderada a questão cívica e do bom senso, tendo em atenção as razões referidas pelos proprietários da Farmácia Miranda. Deverão ser tidas em

conta exceções, tais como, doentes, grávidas e pessoas com mobilidade reduzida, colocando-se um sinal de trânsito nesse sentido. -----

3) Interveio a Senhora Deputada Municipal Paula Coelho afirmando que todas as pessoas presentes eram sensíveis à situação referida pela Senhora Múncipe, e não por ser da bancada A, B ou C sendo aceitável que a Dra. Cristina Luxo queira ver a situação resolvida, devendo ser ponderada. O que lhe pareceu mal, foi algumas pessoas, estivessem a como arma de arremesso político. Um grupo de cidadãos foi à Assembleia Municipal, com toda a legitimidade, pedir alguma coisa, que, naturalmente, deverá nas perspetivas social e legal. Referiu que o Senhor Presidente da Câmara foi suficientemente esclarecedor, para que seja posta em causa a sua posição e esteja a ser confrontado com realidades que não tem a ver com a situação da criação de dois lugares para a farmácia que com toda a legitimidade estão a ser pedidos. -----

4) O Senhor Deputado Municipal Manuel Jacinto manifestou o desconhecimento das dificuldades que existem em criar dois lugares junto à farmácia e aceitou as explicações do Senhor Presidente, também estando presente para defender os interesses dos utentes. O melhor bem que se pode ter é a saúde e quando as pessoas estão doentes necessitam de toda a atenção, carinho e todo o apoio, para tornar a vida mais fácil, tendo uma assistência médica condigna. A Dra. Cristina explanou a situação de uma maneira clara, em que tentou sensibilizar o Executivo e a Assembleia Municipal, independentemente do grau de dificuldade técnica que a questão poderia ter, pensando no bem comum, nas pessoas, na saúde e nos doentes, sem prejudicar o Município e sem ferir a Lei. Apelou à sensibilidade dos membros da Assembleia, independentemente das cores partidárias, para em conjunto, ser encontrada uma solução. -----

A Senhora Presidente da Mesa pôs à votação a proposta dos Senhores Deputados da Coligação Juntos Pelo Concelho de Mealhada, que foi aprovada por unanimidade, e que a seguir se transcreve: -----

-----PROPOSTA-----

*No âmbito da obrigação dos órgãos autárquicos de promover as melhores condições para a promoção da Saúde e atendendo aos utentes das farmácias, que funcionam 24 horas, 7 dias por semana.*

*Propomos à apreciação pelo executivo da criação de 2 lugares de estacionamento de curta duração em frente à Farmácia Miranda, na Cidade da Mealhada.*

*Pelos deputados da coligação JUNTOS PELO CONCELHO DA MEALHADA, -- (Assinaturas). -----*

*Mealhada, 28-Nov-2014. -----*

*Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----*

5) Interveio a Senhora Deputada Municipal Isabel Lemos, para ler a seguinte intervenção: -----

*“Perante os vários escândalos financeiros e de corrupção, ficámos tomados por vários sentimentos: primeiro a incredibilidade, depois a desconfiança, seguindo-se a inquietação, que rapidamente passou a indignação e agora a repulsa. -----*

*A classe política e, especialmente, o maior partido da coligação e o maior partido que aspira a ser governo, isto é, PSD e PS, destruíram um trabalho de três anos, deitaram fora um discurso que, percebe-se agora, não é para levar até ao fim. A ideia de proporem o fim da suspensão das subvenções vitalícias a antigos políticos que usufruem de pensões acima dois mil euros conferia uma situação de privilégio em relação a outros grupos que sofrem e vão continuar a sofrer cortes de rendimento. E a justificação com uma decisão do Tribunal Constitucional a propósito da acumulação de pensões de viuvez com outro rendimento é mesmo ofensiva. -----*

*É preciso ter descaramento, petulância para, a par da proposta de um orçamento para 2015 que continua a propor medidas de austeridade e de sofrimento para a maioria dos portugueses, se lembrarem de inscrever tal medida. Graças ao clamor que estalou no seio da sociedade, noutros políticos e nos trabalhadores, a proposta foi retirada, a suspensão das subvenções vai manter-se, a vergonha não. -----*

*Outro motivo de indignação foi o caso chamado de vistos dourados. Estamos longe de conhecer os contornos do caso; esperemos a investigação cabal e a descoberta da verdade com vista ao apuramento de responsabilidades criminais que cabe evidentemente às autoridades judiciais. -----*

*É cada vez mais evidente para o povo português que o aumento dos casos de alta corrupção e de criminalidade económica, sobretudo quando envolvem setores do Estado, está ligado ao crescente domínio dos grupos económicos e financeiros sobre a vida nacional, a administração e as instituições do Estado. - Escolhemos estes dois escândalos mas outros infelizmente podiam servir para provocar o grito de alerta para os riscos que a evolução da atual situação política comporta; uma situação política que dia a dia se degrada, que põe em causa o regular funcionamento das instituições e que corrói e faz mesmo perigar o próprio regime democrático. -----*

*Se, por outro lado, considerarmos as últimas notícias sobre privatizações (TAP, PT e fiquemo-nos pelas reticências) vem-nos então à memória o desabafo de raiva de José Saramago: "Privatize-se tudo, privatize-se o mar e o céu, privatize-se a água e o ar, privatize-se a justiça e a lei, privatize-se a nuvem que passa, privatize-se o sonho, sobretudo se for diurno e de olhos abertos. E finalmente, para florão e remate de tanto privatizar, privatizem-se os Estados, entregue-se por uma vez a exploração deles a empresas privadas, mediante concurso internacional. -----*

*Os eleitos da CDU -----*

*Isabel Lemos, António Neves" -----*

6) Inteveio a Senhora Deputada Municipal Paula Coelho, referindo que desde o início do mês tinha deixado de cheirar a baganha, agradecendo a todos os presentes e a todas as pessoas que de alguma forma, directa ou indirecta, participaram e colaboraram para que a unidade fabril fosse encerrada de forma provisória e, em especial, ao Executivo, ao Senhor Presidente da Câmara que fez todas as diligências necessárias, para ter possibilitado um ambiente e qualidade de vida melhor, para a Freguesia do Luso e para todo o Concelho da Mealhada. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

Referiu que consta no Ponto 1) da Ordem do Dia, a votação das Actas n.ºs. 06, 07 e 08, mas em virtude do volume de trabalho, os serviços de apoio à Assembleia Municipal, não concluíram os referidos documentos, a tempo de serem enviados aos Senhores Deputados Municipais, pelo que o Ponto 1) seria retirado. -----

**2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----

Esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara que consta da Ordem de Trabalhos foi distribuída a todos os membros desta Assembleia Municipal, acompanhada dos elementos relativos à informação cultural, ambiental, educativa, desportiva, social e situação financeira do Município. -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal se queriam colocar alguma questão sobre a informação apresentada. -----

O Senhor António Neves apresentou a seguinte intervenção escrita: -----

*“ Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal: -----*

*1. Soubemos pela comunicação social que, por decisão do tribunal, deverão ser pagos pela Escola Profissional Vasconcellos Lebre cerca de 35.000€ à Dr.ª Filomena Pinheiro por indemnização devida. Não queremos ficar apenas com as informações da fonte referida; parece-nos que o Sr. Presidente deve uma explicação clara sobre este assunto. Qual a razão? De onde virá essa quantia, sabendo nós as dificuldades económicas com que debate aquela escola? Não poderia ter sido evitado este gasto? -----*

*2. Chamamos mais uma vez para o perigo que apresentam algumas habitações degradadas que, acreditamos, já estão identificadas pela Câmara Municipal de Mealhada. Para quando a reabilitação completa do chafariz, junto ao Parque da Cidade e a Estrada Nacional n.º1. Para finalizar, em que fase se encontram as obras da estrada para a Cruz Alta. -----*

*Os eleitos da CDU -----*

*Maria Isabel Lemos, António Neves”. -----*

O Senhor Presidente interveio para responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal, António Neves, tendo referido que as obras da estrada para a Cruz Alta, foram hoje, adjudicadas, pelo valor de 118.000,00 euros, mais IVA, valor que vai ser reembolsado pelo Município de Penacova, ao abrigo do Protocolo celebrado. Quanto á questão colocada sobre a reabilitação do Chafariz, referiu que, e na sua opinião pessoal, num sítio onde haja rede de abastecimento de água, não deve existir chafariz, não significando que não se devem manter as construções em bom estado de conservação. Ao manter os chafarizes em funcionamento, nada impedirá que as pessoas utilizem a água para consumo e muitos chafarizes têm água imprópria. Acrescentou, que recomendará aos respectivos serviços para analisarem o assunto. Sobre a questão das habitações degradadas, concordou com a intervenção, mas o problema será a falta de recursos, pois esperava-se que neste quadro de apoio

houvesse um forte apoio para a regeneração urbana, mas não será assim. Existem fundos de apoio, mas sob outra perspectiva, que tem a ver com espaços comuns, não com a habitação. Referiu que quanto à questão colocada sobre o pagamento da EPVL, não foi reconhecido à Dra. Filomena o direito de ser professora da escola e o que a Câmara Municipal e a Escola não reconheciam o direito da Dra. Filomena voltar, na qualidade de professora, porque não o podia ser, e na qualidade de directora financeira existiam dúvidas sobre o contrato existente. A Dra. Filomena fez o que é normal, não concordou com a decisão e foi para tribunal, constituiu advogado e interpôs uma acção contra a Escola, e a Escola entregou a acção a um advogado. Em reunião com o Juiz, a Dra. Filomena pediu oitenta mil euros de indemnização e a Escola reconheceu que teria de lhe pagar legalmente dezassete mil euros. Com a pressão que o Juiz fez sobre os intervenientes, quase exigindo que houvesse acordo, e chegou-se a acordo de pagar trinta e cinco mil euros, que representam dezassete mil euros que se teria que pagar em qualquer circunstância mais dezoito mil euros para tentar chegar a acordo e assim a Escola pagou a importância de trinta e cinco mil euros. -----

### **3 – MAPA DE PESSOAL – 2015 – PROPOSTA N.º 20/2014:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto e não havendo inscritos, deu a palavra ao Senhor Presidente que prestou esclarecimentos sobre a obrigatoriedade legal de apresentação do Mapa de Pessoal. -----

Não havendo mais intervenções foi colocada à votação a Proposta n.º 20/2014 – Mapa de Pessoal para 2015, que foi aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

### **4 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS PARA 2015:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto e não havendo inscritos, deu a palavra ao Senhor Presidente que prestou esclarecimentos sobre o assunto em análise. -----

Não havendo mais quaisquer intervenções foi colocada à votação a Proposta da Participação Variável de IRS para 2015, que foi aprovada por unanimidade. ----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

### **5 – DERRAMA PARA 2015:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto e não havendo inscritos, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que prestou esclarecimentos sobre a Proposta da Derrama para 2015, que é exactamente igual à do ano anterior. Mantem-se a isenção total para as pequenas e micro empresas, até cento e cinquenta mil euros de volume de negócios e para as outras empresas a Derrama é mantida em um por cento. ---- Não havendo mais intervenções foi colocada à votação a Proposta de Derrama para 2015, que foi aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

## **6 – ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO PARA 2015:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto, tendo-se inscrito a Senhora Deputada Municipal Ana Filipa Varela e os Senhores Deputados Municipais António Neves, Luís Brandão, e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Barcouço e de Casal Comba. Interveio a Senhora Deputada Municipal Ana Filipa Varela, referindo a existência de verbas referentes às propostas das freguesias de obras no âmbito do Orçamento Participativo. Apelou a uma reflexão mais alargada sobre o assunto uma vez que o Orçamento Participativo teve uma participação muito baixa e que por freguesia a participação não foi expressiva. As propostas que ganharam, representam no Luso, um por cento da população, na Pampilhosa, zero virgula seis por cento, na Vacariça, um por cento, em Barcouço, um ponto sete por cento, em Casal Comba, zero virgula seis por cento e na União de Freguesias de Mealhada, zero virgula zero sete por cento. Solicitou uma apreciação mais larga de cada uma das propostas, e para que o Executivo analise cada uma delas e os benefícios que daí advenham para a população e que se alguma delas acabar por ser executada seja porque houve ponderação do Executivo que tenha chegado à conclusão que era um bom projeto para que não “obedeça” ao resultado de um orçamento que não representa a população de cada freguesia. Interveio o Senhor Deputado António Neves, para ler a seguinte intervenção escrita: -----

*“Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal: -----*

*Pretendemos esclarecimentos sobre: -----*

*1- Plano de pormenor da Quinta do Alberto a que se refere a dotação inscrita (15.950€) quando sabemos que já foi aprovado o plano. -----*

*2- Plano de pormenor do campo de golfe (17.605); a que se destina? -----*

*3- Regadio da Vacariça 5.000 € + 250.000€ em 2016. -----*

*Os eleitos da CDU -----*

*Maria Isabel Lemos, António Neves” -----*

Interveio o Senhor Deputado Luís Brandão, para colocar algumas questões, concretamente, na “receita de capital”, “rubrica 130199 – outras: 330.000,00€”, que considerou muito dinheiro para “outras” e na “despesa”, “rubrica 0102022599 – outras aquisições de serviços: 209.000,00€”, também considerou um valor muito grande para “outras”. Questionou também o valor inscrito no Orçamento para o programa Agenda 21 Local, parecendo-lhe que foi suspenso uma vez que foi orçamentado um euro, contrariando o que já foi gasto no programa e tendo em conta as propostas apresentadas. Referiu não ter percecionado grandes projectos para 2015, mas sim, um conjunto de projectos que já constaram em anteriores orçamentos, no entanto, e existindo projectos mais recentes solicitou informação sobre: Museu da Água, Piscina Municipal da Pampilhosa, Piscina Biológica do Luso e sobre o apoio social, de 2013 para 2014, que teve quase 500.000,00 € e neste orçamento está inscrita a verba de 150.000,00 €; quanto aos Fundos de emergência social, questionou sobre a



razão da redução e sobre a razão da verba de 17.000,00 € para o Campo de Golfe. Referiu ainda que a Coligação Juntos Pelo Concelho de Mealhada, e o PSD em mandatos anteriores, têm feito referência à rede de transportes intermunicipal, tendo surgido no Orçamento Participativo duas propostas neste âmbito, uma foi a votação e a outra, apresentada pela CADES, – Transporte para Todos, não foi e mereceu o comentário escrito do Senhor Presidente – “proposta não admitida a votação, a incluir no Plano de Actividades e Orçamento para 2015”, mas constatou a sua não inclusão. Finalizou a sua intervenção referindo que apresentou apenas críticas construtivas, verificando que algumas propostas, apresentadas pelos Vereadores da oposição, estão contempladas no orçamento e a Coligação não votará contra o Orçamento e Opções do Plano para 2015. --- Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço referindo que o concelho da Mealhada é constituído pelo Município e por seis freguesias, e relativamente a este ponto da Ordem do Dia, as freguesias não foram ouvidas, desconhecendo o modo em que foi traçado o Orçamento e Opções do Plano para 2015, e por essa razão, como Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço, irá abster-se na votação. -----

Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba, referindo que no Orçamento verificou estarem incluídas várias rubricas para a mesma, e como acredita que se realizarão obras na freguesia, votará a favor do Orçamento e Plano de Actividades para 2015. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.-----

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal António Neves, esclareceu que a Quinta do Alberto e o Campo de Golfe são compromissos assumidos e, como tal, têm que constar no orçamento. A estratégia será avançar com a ETAR da Mealhada (redes inteligentes de água), substituindo a rede existente em fibrocimento, que não deveria existir. É importante incluir rubricas e colocá-las em anos seguintes para, no caso de surgir um programa adequado seja possível apresentar candidatura e abrir concurso público, com um euro no ano presente, e o resto da dotação, em anos seguintes. Exemplificou com o edifício municipal, mercado municipal da Mealhada, mercado municipal da Pampilhosa, ETAR da Mealhada, substituição das redes em fibrocimento, reabilitação urbana da Pampilhosa, sinalização turística do Luso, apoio às IPSS’s, tudo com projectos prontos, o que significa que não falta estratégia. Quanto ao apoio social, existem apoios para as IPSS’s que serão analisados, têm sido mantidos contactos com as mesmas e prestados esclarecimentos sobre programas comunitários. Os projectos existem e as IPSS’s estão a trabalhar. Quanto à Agenda 21 Local, o importante é realizar o que está previsto no documento. Quanto ao Campo de Golfe da Pampilhosa, a Câmara Municipal vai analisar uma proposta de desistência formal do processo e tentar negociar para o não pagamento da totalidade dos projectos que foram encomendados, tentando que nos campos delimitados possa haver actividade agrícola. Quanto à questão da proposta da CADES – Transporte para Todos e aos transportes, o Senhor Presidente lançou a interrogação aos membros da assembleia sobre o entendimento que têm da possibilidade de fazer uma rede

de transportes para populações de cinco mil, quatro mil, ou mil e quinhentos habitantes. Entende que tal não seria possível e seria um malogro financeiro. Segundo informação obtida, a receita de um ano não pagaria a despesa de um mês e tendo em conta a capacidade do Orçamento Municipal, não existiria sustentabilidade, sendo certo que os dois maiores agregados populacionais são servidos por transporte ferroviários de hora a hora. Quanto à questão da piscina biológica, a ideia foi apreciada por dois técnicos alemães que referiram que, no Lago do Luso, teria que se acabar com os patos, gansos e cisnes e a vegetação teria que ser cortada, pois a queda de folhas para a água altera o equilíbrio. Conjuntamente com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Luso, foram vistos exemplos de piscinas biológicas que poderiam atrair muitas pessoas, mas terá que ser tido em atenção que as piscinas biológicas custam dinheiro e sua manutenção tem que ser muito cuidada. Será necessário perceber o potencial do investimento para poderem ser tomadas decisões. Quanto ao Museu da água, foi uma ideia transmitida à Sociedade da Água do Luso, uma vez que a Sociedade mantém o engarrafamento inactivo e seria uma boa ideia para aproveitamento do espaço. Até à data não houve resposta. A decisão sobre estes projectos deverá ser tomada em conjunto com a Assembleia de Freguesia, Junta de Freguesia do Luso e Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente deu a palavra à Chefe de Divisão Financeira, Senhora Dra. Carla Amaro, que prestou esclarecimentos sobre a existência da rubrica "Outras" e "Aquisição de Serviços - Outras", na parte da despesa, do Orçamento e Plano de Actividades para 2015. -----

Não havendo mais intervenções sobre este ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente, colocou o mesmo à votação. -----

Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves Salgado, Manuel Amorim da Silva, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Luís Filipe Tovim Ferreira, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes. Abstiveram-se os seguintes Deputados Municipais: Manuel Jacinto Gaspar Silva, Bruno Manuel P. Coimbra, Maria Clara Luxo Correia, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Ana Filipa Varela Soares Pereira, António Miguel de Miranda Ferreira, António Nogueira das Neves, Luís Miguel Pereira Brandão, Isabel Dias Santiago e João Manuel Cidra de Oliveira Duarte.-----

O Orçamento e Plano de Actividades para 2015 foi aprovado por maioria, com os 15 votos a favor e 11 abstenções. -----

A Senhora Deputada Municipal Isabel Lemos, pediu a palavra, para ler a seguinte Declaração de Voto: -----

*"A CDU absteve-se na votação das propostas do Orçamento e Opções do Plano para 2015. Apresentamos sumariamente as razões para o sentido de voto dos eleitos da CDU. -----*

*Como sabemos, a autarquia da Mealhada, como as restantes, está sob um processo de progressiva asfixia financeira que já vem dos governos anteriores,*

*através de sucessivas reduções de transferências de meios, por causa das dificuldades crescentes na realização de receitas no quadro da obsessão pela austeridade que atinge pequenas e médias empresas e a generalidade dos contribuintes. São as opções dos governos, anteriormente do PS e, em 2013, em 2014 e 2015 do PSD e do CDS. O ataque às funções sociais do estado e à Segurança Social Pública, prosseguida ao longo dos anos pelos partidos da política de direita – PS, PSD e CDS – é parte integrante do projeto político deste Governo PSD/CDS de reconfiguração do Estado, plasmado inclusive na dita “Reforma do Estado” que visa criar um “Estado Mínimo” para os trabalhadores, os reformados e o povo em geral e um “Estado Máximo” para os grandes grupos económicos. O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português apresentou um conjunto de propostas na área da Segurança Social, com o objetivo de travar este caminho de empobrecimento, agudização da pobreza e exclusão social imposto pela política de direita, e que confirma um caminho alternativo de combate à pobreza, reforço da proteção social aos trabalhadores desempregados, crianças e idosos, de aposta em medidas de progresso e justiça social.* -----

*Hoje e aqui a CDU não votou contra as propostas apresentadas a esta Assembleia por entender as dificuldades e condicionamentos impostos à definição de prioridades e à construção do orçamento autárquico nas condições actuais, resultantes em grande medida do Orçamento de Estado aprovado há dias na Assembleia da República com os votos contra do PCP, do BE, do PS e do PEV.* -----

*A CDU decidiu também não votar a favor por entender que este seria um sinal errado de aceitação de inevitabilidades em que não acreditamos e que, aliás, suscitam, como sabe esta Assembleia, a nossa empenhada luta. Essas dificuldades são, em larga medida, o resultado das opções de quem tem governado o país em alternância, hoje mais do que nunca, sujeitando-se a imposições que vêm de fora e fazendo as suas opções de classe pelos grandes interesses financeiros.* -----

*Não deixámos de apresentar em encontro, ao abrigo da legislação em vigor e que geralmente se conhece como estatuto da oposição, um extenso documento com propostas variadas e devidamente fundamentadas. Ora, não encontramos na proposta agora em discussão nem um mínimo reflexo dessas propostas, facto que lamentamos profundamente. Não esmoreceremos e continuaremos a apresentar propostas que nos vão sendo apresentadas pelos nossos eleitores e pelos nossos eleitos, mesmo que este executivo camarário continue a fazer ouvidos de mercador.* -----

*E ainda principalmente continuamos a não concordar com a exiguidade das verbas inscritas na rubrica referente à AMM; repetimos: se queremos dar visibilidade ao trabalho deste órgão, há que ter condições financeiras para tal. - Os eleitos da CDU* -----

*Isabel Lemos, António Neves”.* -----

*Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de*

Setembro. -----

**7 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS PARA 2015:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto e não havendo inscritos, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente esclareceu que as verbas a transferir para as freguesias estão de acordo com os critérios legais e totalizam cento e oitenta mil euros. ---

Não havendo mais intervenções sobre este ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente, colocou o mesmo à votação. -----

A Delegação de Competências nas Freguesias para 2015, foi aprovada por unanimidade e, em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

**8 – APOIO ÀS FREGUESIAS NO QUADRO DA PROMOÇÃO E SALVAGUARDA DOS INTERESSES DAS POPULAÇÕES:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto e não havendo inscritos, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que as verbas a transferir para as freguesias estão descritas nos mapas enviados, de acordo com os critérios legais e totalizam cento e sessenta mil euros. -----

Não havendo mais intervenções sobre este ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente, colocou o mesmo à votação. -----

O Apoio às Freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda dos Interesses das Populações, foi aprovado por unanimidade e em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

**9 – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto e não havendo inscritos, perguntou ao Senhor Presidente se queria usar da palavra, que por sua vez, deu a palavra à Senhora Chefe de Divisão Financeira, que prestou esclarecimentos. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente, colocou o assunto à votação. -----

A Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal, foi aprovada por unanimidade, e em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

**10 – REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 3:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra e não havendo inscritos, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que por sua vez, deu a palavra à Senhora Chefe de Divisão Financeira, que prestou esclarecimentos. -----

Não havendo mais intervenções sobre este ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente, colocou o mesmo à votação. -----

A Revisão Orçamental n.º 3 foi aprovada por unanimidade, e em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

## **11 – MEALHADA – ALTERAÇÃO DE DISTRITO:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra sobre este ponto, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Artur Dinis, António Neves, Ana Filipa Varela, Nuno Melo, António Miguel Ferreira, João Duarte, Bruno Coimbra, Manuel Lindo Cardoso, Manuel Jacinto e Paula Coelho. -----

Interveio o Senhor Artur Dinis para proceder à leitura da Proposta que a seguir se transcreve: -----

### *Proposta* -----

*A banca do Partido Socialista propõe o tema da "Mudança de Distrito do concelho da Mealhada", achamos que a Assembleia Municipal é o órgão onde a discussão deste assunto deve ser iniciada. -----*

*Não temos como objetivo uma decisão imediata, visto que essa discussão será do interesse de todos os munícipes e por eles deve passar. -----*

*Os argumentos pelos quais achamos que esta mudança trás benefícios para os nossos munícipes são inerentes a vários padrões, sendo eles de ordem cultural, económico, social, religioso e político. -----*

*O concelho, conforme documenta a história, já esteve ligado ao distrito de Coimbra e hoje a realidade faz com que estejamos cada vez mais próximos de Coimbra. -----*

*Alguns dos fatores que nos levam propor a Mudança: -----*

*Proximidade geográfica -----*

*A nossa sede do concelho esta a 20 Km de Coimbra (capital de distrito) enquanto se encontra a 50 de Aveiro (a atua) capital de distrito). -----*

*Esta proximidade geográfica é um aspeto bastante importante nos movimentos pendulares dos nossos munícipes com a capital de distrito Coimbra. -----*

*Abastecimento de águas e recolha de lixos -----*

*O nosso município tem uma enorme ligação com as empresas Aguas de Coimbra e Ersuc empresa onde a qual, conforme decisão desta assembleia, o Município da Mealhada terá um papel bastante importante no futuro. -----*

*Divisão territorial e administrativa na atualidade do nosso concelho -----*

*CCDR Centro, onde o Município da Mealhada é um dos 77 que compõem este órgão. -----*

*NUTS III - Baixo Mondego, onde o Município da Mealhada é um dos 11 municípios. -----*

*Logo nesta nova divisão administrativa de 2008 o Município da Mealhada passa a integrar esta sub-região, deixando a sub-região do Baixo Vouga. -----*

*CIM Região de Coimbra, onde o Município da Mealhada é um dos 19. -----*

*Educação -----*

*DGEST Centro - Direção - Geral dos Estabelecimentos Escolares, com sede em Coimbra onde o Município da Mealhada esta inserido. -----*

*A Universidade de Coimbra, sendo uma referência para país é um forte elemento de ligação com os munícipes. -----*

*Saúde -----*

O fácil e rápido acesso aos estabelecimentos de saúde que Coimbra (capital de distrito) disponibiliza, e de salientar que "O Centro Hospitalar Universitário de Coimbra (CHUC) já ascendeu, ao 1º lugar no ranking dos 10 melhores hospitais. Destronou o S. João, no Porto, que estava no topo da tabela há três anos" O ranking parece confirmar que os grandes hospitais são os que dão mais garantias de qualidade aos doentes. -----

Religioso -----

O Município da Mealhada esta inserido na diocese de Coimbra, -----

Judiciário -----

Com o novo mapa Judiciário, a antiga comarca da Mealhada foi integrada na grande comarca de Aveiro e no Tribunal da Relação do Porto, quando pela sua pela sua proximidade geográfica seria mais lógico a sua integração na grande Comarca de Coimbra e no Tribunal da Relação também de Coimbra. -----

Vistas estas situações a bancada do Partido Socialista propõem: -----

1-Solicitar ao departamento Jurídico da Câmara Municipal da Mealhada as necessidades legais para este processo. -----

2- Solicitar à Presidente da Assembleia Municipal um estudo de opinião a uma empresa externa Criação de um grupo de trabalho no âmbito da Assembleia Municipal, para tratar deste tema. -----

3-Abrir esta discussão à população sendo criados grupos de discussão em assembleias quer de freguesia quer municipais, onde os munícipes possam contribuir com a sua opinião. -----

4-Consultar a população, através dos órgãos autárquicos, da respectiva resolução. -----

Os Deputados do PS – Partido Socialista. -----

(assinaturas) -----

Interveio o Senhor Deputado Municipal, António Neves, para ler a seguinte intervenção escrita: -----

"Foi com algum espanto que assistimos na última AMM ordinária ao pedido do PS da inclusão deste assunto na OT da AMM seguinte; esta. Na altura abstinemo-nos porque para além da surpresa, quisemos ouvir as razões da proposta do PS. -----

Passamos a enumerar as razões da nossa estranheza: -----

1. Não se trata de uma promessa eleitoral; não encontramos este assunto no programa eleitoral do PS apresentado aos munícipes do nosso concelho. -----

2. A alteração do mapa administrativo não está incluída no programa eleitoral nacional do PS. -----

3. Não é da competência da A.M. esta decisão, mas sim da AR -----

4. Não parece ser uma preocupação dos munícipes. -----

O PCP estará contra tal proposta por considerar que o assunto não está suficientemente amadurecido, por considerar que os munícipes devem ser consultados antes de qualquer proposta desta AM e desta natureza e ainda, para concluir, por considerar que esta proposta do PS desvia as atenções de assuntos bem mais pertinentes como por exemplo a fusão de freguesias, que, essas sim, já foram decididas na AR com os votos do PSD e CDS e a abstenção do PS e

*cujas consequências prejudicam as populações deste concelho, cujas queixas ouvimos frequentemente. -----*

*Os eleitos da CDU -----*

*Maria Isabel Lemos, António Neves -----*

A Senhora Deputada Municipal Filipa Varela interveio para lamentar que o Partido Socialista, na última assembleia tenha feito uma proposta, mas sem documentar os motivos, impedindo outro tipo de discussão. As razões apontadas na proposta da mudança já existem (o abastecimento de águas, os lixos, a educação, a saúde). Referiu que os motivos de apresentação da proposta foram mais emocionais do que racionais, o que lamenta, porque fazem esquecer as vantagens da Mealhada ser um concelho periférico, que usufrui de serviços de Coimbra, ligado a entidades, e as vantagens da freguesia económica, financeira, de pertencer ao distrito de Aveiro, que economicamente é um distrito mais forte. Interveio o Senhor Deputado Municipal Nuno Melo, para ler a seguinte intervenção escrita: -----

*“Tivemos recentemente duas Assembleias Municipais, motivadas pela compra de ações da ERSUC. Agora estamos a discutir possível mudança de distrito...Percebendo a nobreza até altruísta do primeiro e até alguma lógica óbvia no segundo, é difícil perceber porque é estes assuntos ganham a urgência e a relevância na nossa agenda que lhe estamos a dar... -----*

*O Custo de Oportunidade é elevado, pois enquanto estamos ocupados com estes assuntos não estamos como outros, porventura mais prioritários. -----*

*Será que não temos outras prioridades mais concretas e mais prementes a que devemos dar atenção, ou será que chegamos aqui na Mealhada a um patamar de desenvolvimento tal, onde com um volume razoável de infraestruturas e ao contrário de muitos com as contas equilibradas, achamos que agora são estes os grande temas que devem nortear a nossa atenção. -----*

*Tudo depende naturalmente da ambição e do conceito de desenvolvimento que tivermos: -----*

*A nível económico, geramos a riqueza que podemos gerar, temos o emprego na quantidade e na qualidade que gostaríamos, onde as pessoas se realizem e auferam um rendimento suficiente de forma a terem uma vida digna e motivadora? -----*

*Temos condições para que os empresários atuais e potenciais, possam desenvolver os seus projetos, se possam manter, instalar e criar mais riqueza e emprego? -----*

*A nível social será que temos as condições ótimas para uma verdadeira solidariedade intergeracional, facilitando a coesão e o apoio à família? -----*

*E a nível institucional que estímulo e exemplo é que damos quando os processos administrativos se continuam arrastar de secretária em secretária nas malhas da burocracia imobilista, ao longo de meses e anos? -----*

*Uma Câmara que tem uma das maiores médias de receita por habitante, (segundo dados pordata) necessita de oferecer um serviço de excelência aos seus municípios, que são seus clientes de água, saneamento, desporto, cultura, ordenamento, fiscalização e até de estímulo e motivação. -----*

*Naturalmente que podemos remeter sempre para a Austeridade, para Administração Central, para legislações inadequadas... -----*

*E nós todos que estamos aqui, a equipa de gestão municipal, será que fazemos tudo para melhorar esta qualidade de serviço prestada aos munícipes? -----  
Provavelmente é como nos monopólios: Como acreditamos que temos o cliente agarrado, neste caso às suas raízes, como temos o cliente garantido, achamos que ele não nos vai trocar, trocando de fornecedor, neste caso de município... --  
Julgo que cada vez mais, temos que caminhar para esta visão de olharmos para o munícipe como um cliente, que temos que motivar e satisfazer, independentemente de estarmos em período eleitoral ou não. Para isso precisamos de motivar as equipas de ter objetivos, de ter métricas, de corrigir desvios, enfim precisamos de gestão, nas equipas, que o Município direta ou indiretamente coordena. -----*

*A nível empresarial não se espera que Câmara se substitua ao Tecido empresarial, devendo sim apoiar as condições para que se fixe e se desenvolva, facilitando processos associativos, que estimulam a cooperação que hoje são a base para o sucesso empresarial. -----*

*Citando um destes exemplos associativos, onde estou envolvido desde a sua génese é fundamental dar um voto de confiança a projetos de grande potencial como por exemplo a ACIBA - Associação Comercial e Industrial Bairrada e Aguireira, em que associa o nosso tecido empresarial ao de Mortágua e de Penacova. Este é um projeto obviamente suprapartidário que se tiver o apoio certo e se for olhado com a atitude certa, pode ser um projeto altamente estruturante sob ponto de vista económico, nos anos vindouros. -----*

*Em suma, em minha opinião e nesta fase precisamos em primeiro de ter uma Câmara mais amiga das pessoas e das empresas. E depois sim, preocuparmo-nos com sistemas multimunicipais de gestão de resíduos, mudanças de distrito e até quiçá mudanças de país e de continente.-----*

*Interveio o Senhor Deputado António Miguel Ferreira, para ler a seguinte intervenção escrita: -----*

*“As forças políticas que compõem a Assembleia sempre quiseram ter uma participação cívica e política em todas as decisões que colidem com as populações. E esta, pela sua relevância, merecia uma solução de consenso para elaborar estudos, consultar a população, as associações e todas as instituições do nosso concelho. Agir desta forma é faltar ao respeito a esta Assembleia e a todos os mealhadenses. -----*

*3-Uma Terceira questão que também não posso deixar de referir é da nossa legitimidade para estar a decidir sobre esta matéria. -----*

*Tendo lido todos os programas eleitorais das forças políticas que concorreram nas últimas eleições, não me recordo de em nenhum deles estar proposto esta mudança do concelho da Mealhada para o distrito de Coimbra. -----*

*E tendo os mealhadenses escolhido os eleitos locais com base naquilo que lhes foi apresentado, entendo que será uma espécie de traição estarmos a propor uma alteração tão fundamental na orgânica e organização administrativa sem que aqueles que nos elegeram tenham sido ouvidos. -----*

*E é por isso que estamos abertos a uma discussão de fundo que não se pode concluir em meia dúzia de meses. Isto é matéria para ser sufragada pelos*



eleitores. E a verdade é que os eleitores, os cidadãos do concelho da Mealhada não foram tidos e achados neste assunto. -----

4-Por último, gostaria de perguntar aos proponentes desta proposta se conhecem qual o procedimento legal para esta mudança de distrito. -----

1 - Conhecem algum caso onde tal tenha acontecido? -----

2 Basta uma tomada de posição desta Assembleia para que estas alterações territoriais sejam validadas? -----

3 Alguém perguntou a essa entidade abstracta que é o distrito de Coimbra se aceita receber a Mealhada? -----

4 Saberão que o concelho da Mealhada nem eleitores suficientes tem para apresentar uma petição pública sobre esta matéria? -----

5 Não será também isto matéria de reserva da Assembleia da República e não colidirá esta proposta com a Constituição que, para poder ser alterada, necessita da aprovação de 2/3 dos deputados da Assembleia da República?

6 Não prevê a Constituição que a organização territorial, enquanto não houver Regionalização, se deverá manter exactamente como está? -----

Com certeza, todos concordarão que serão milhares as questões e as dúvidas que subsistirão para que de forma séria, sem pressas ou -----

A minha intervenção de hoje terá necessariamente que ter uma breve introdução, que servirá para clarificar alguns pontos. -----

Confrontados com esta intenção manifestada pela bancada socialista, todos, com certeza, todos nós formámos um juízo de valor sobre esta matéria, um juízo que será uma opinião pessoal e nada mais pode ser para além disso, porque, no que toca a iniciar aqui um processo com base nesta proposta, devemos acima de tudo ponderar os interesses e as vontades da população que representamos, elucidando essa mesma população das vantagens e desvantagens. -----

E é por isso que queremos que fique bem claro: O PSD E A COLIGAÇÃO QUE NOS ELEGEU NÃO É CONTRA A DISCUSSÃO, DEBATE E CONSULTA DA POPULAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE MUDANÇA DO CONCELHO DA MEALHADA PARA O CONCELHO DE COIMBRA. -----

Posto isto, e duma forma breve, gostaria de aflorar aqui algumas questões que me parecem pertinentes para o debate que julgamos essencial. -----

Esta semana, fechei a porta do meu escritório durante um par de horas, peguei na lista telefónica da Mealhada e resolvi, duma forma aleatória fazer 50 telefonemas a residentes no concelho da Mealhada, a título de auscultação pública, perguntando a essas pessoas quais eram as suas principais preocupações de vida actualmente e quais eram as acções que gostariam de ver o Município fazer. -----

Pois bem, em 50 telefonemas ouvi pessoas a falar dos centros de saúde, das acessibilidades, dos transportes, do desemprego, das áreas de lazer, da segurança, da poluição e, espantem-se, nem uma referiu que uma questão importante era a mudança do Município da Mealhada para o distrito de Coimbra.

Ora, e perante isto, fica aqui a minha primeira questão: -----

É esta questão da mudança da Mealhada para o distrito de Coimbra uma prioridade para as pessoas do concelho da Mealhada? -----

Sinceramente não me parece. -----  
A verdade é que o que preocupa às pessoas é não terem emprego, é não terem dinheiro para pagar as contas ao fim do mês, é terem boa assistência de saúde, boa educação, terem segurança, terem espaços de lazer, terem qualidade de vida. -----

2 - Uma outra questão que me parece relevante é o PS não ter antecedido esta proposta da procura de um consenso entre as forças políticas que compõem esta Assembleia. Como é hábito na bancada parlamentar do PS, as propostas são para ser feitas em cima do joelho, apresentadas num rascunho e sem qualquer sustentação. -----

Tendo em conta agendas políticas pessoais, possamos decidir sobre esta matéria. -----

Para finalizar gostaria de lembrar que a organização territorial estabelecida tem muitas décadas e nunca foi questionada de forma relevante. Espinho, concelho do distrito de Aveiro, mas que integra a área metropolitana do Porto, tentou fazê-lo há muitos anos. A verdade é que este é um processo que é um nado-morto e irá sempre esbarrar em instâncias superiores que nem legitimidade têm para legislar sobre tal matéria". -----

Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barcouço, para ler a seguinte intervenção escrita: -----

#### FREGUESIA DE BARCOUÇO

O que aqui trago hoje é um relato real da situação vivida pela população da freguesia de Barcouço, nos últimos 160 anos, altura em que se procedeu a uma pseudo-reforma administrativa. -----

#### 1. Enquadramento Histórico

Os dados históricos disponíveis relatam que no aspeto administrativo, Barcouço terá sido um pequeno concelho criado na Idade Média, de princípio senhorial a mesma pertenceu ao Marquês do Louriçal até ao ano de 1758. -----

Foi da jurisdição do Marquês de Cascais durante parte do século XIX e, será este senhor que a entregou ao Bispado de Coimbra, após a extinção do concelho de Barcouço em 1834. -----

É então integrada no concelho de Ançã até ao ano de 1853, ano em que este concelho é também extinto, pelas causas que a história relata, e neste mesmo ano é processada a sua integração no concelho de Mealhada, a partir de 01 de Janeiro de 1854, fazendo então fronteira com os concelhos de Coimbra e Cantanhede (espaço mais ocidental da freguesia - zona de Cavaleiros e Ferraria). -----

Atualmente a freguesia é composta pelas seguintes localidades: Adões, Barcouço, Cavaleiros, Ferraria, Grada, Pisão, Quinta Branca, Rio Covo, Santa Luzia e Sargento-Mor. -----

As localidades de Sargento-Mor e Adões repartem o seu território pelos distritos de Aveiro e Coimbra, ou seja, pertencendo ao município de Mealhada (distrito de Aveiro) e município de Coimbra (distrito de Coimbra). -----

Mais curiosa é a situação de Santa Luzia, que pertence à freguesia de Barcouço e de Casal Comba (concelho da Mealhada e Distrito de Aveiro), e pertence também à freguesia de Souselas (Distrito de Coimbra). -----

*E aqui, fruto de uma má reforma administrativa, começam os problemas que ainda hoje são notórios. -----*

*Lugares divididos ao meio, numa fronteira virtual, onde as pessoas do mesmo lugar, da mesma rua, têm direitos e deveres diferentes. -----*

*Vejamos então: -----*

*Esta péssima divisão administrativa conseguiu, transformar parte da freguesia em: Dois Distritos; Dois concelhos; Três Freguesias; Duas Comarcas; Duas Dioceses; Duas Direções de Estradas; Duas Áreas Militares; Duas Regiões Saúde; Duas Direcções Escolares; Duas Casas do Povo; Dois Centros Regionais de Segurança Social; Duas Repartições de Finanças; Duas Conservatórias Registo Predial; etc.etc... -----*

*E até mesmo por incrível que pareça, na distribuição do correio, existia e existem ainda hoje, dois Centros de Distribuição Postal. -----*

*Enfim, com todo este emaranhado de repartição por parte dos organismos estatais e órgãos de decisão, não terá sido fácil a vivência das gentes desta freguesia, que aos poucos se foram habituando ao poder dos factos e sempre que alguns puderam, não perderam a oportunidade de mudar a residência para a freguesia e concelho de conveniência, pela discriminação que os próprios sentiam face ao seu vizinho da frente. -----*

*Alguns exemplos dos relatos de situações vividas: -----*

*Em termos de Saúde: -----*

*Um habitante do concelho de Mealhada era assistido em Coimbra, nos HUC, e caso necessitasse de ser internado ou de cuidados de saúde ditos secundários era encaminhado para o então Hospital de Mealhada ou Anadia. -----*

*O seu vizinho da frente, residente no concelho de Coimbra, era atendido também nos HUC, e padecendo da mesma situação de doença do seu vizinho da frente, ficava internado nos HUC, um Hospital Central. -----*

*Em Termos de Transportes: -----*

*Distando apenas de cerca de 10 Km de Coimbra a população via-se discriminada também por pertencer ao concelho de Mealhada, porque existia um acordo efetuado entre a Camará de Coimbra e a concessionária hoje denominada TRANSDEV, em que nas localidades onde os transportes urbanos não operassem, os seus habitantes beneficiavam de um passe ou bimodal (TRANSDEV / SMTUC), em que utilizavam gratuitamente a zona 1 das carreiras urbanas. Para quem residia no concelho de Mealhada tinha de pagar nas duas situações. -----*

*Para quem praticamente fazia a vida em Coimbra, paredes meias com Barcouço, era pesado, muito mais ainda para aqueles residentes cujos filhos estudavam em Coimbra. Era duro e pesado monetariamente. -----*

*Em Termos de Organismos Oficiais: -----*

*Tratar de um qualquer assunto em Coimbra, mesmo aqui tão perto, num saltinho, era sempre mais fácil, do que uma deslocação a Aveiro, a cerca de 60Km de distância, onde para além da dificuldade de transportes rodoferroviários, era um dia completo. -----*

Situações a resolver da então Casa do Povo, hoje Segurança Social, eram uma constante, aliadas ao analfabetismo existente nas pessoas mais idosas, que obrigavam as pessoas a contratar alguém para as acompanhar. -----

Em termos de Distribuição Postal: -----

Assuntos relacionados com a Repartição de Finanças de Mealhada, a situação era também preocupante. A distribuição postal era feita por Coimbra, nos lugares de Sargento-Mór e Adões pelo que toda a correspondência fiscal era Mealhada e nunca era entregue, sendo a mesma devolvida ao remetente, pelo que as pessoas eram mais tarde notificadas a pagar juros de mora e relaxe de contribuições. O mesmo acontecia em Santa-Luzia, mas no inverso. A correspondência postal dos habitantes de Coimbra tinha o mesmo efeito. -----

Em termos de Educação e Religião: -----

Alunos que frequentavam a mesma escola primária ou a catequese na mesma capela, eram separados nas provas de exame ou comunhão. -----

Mais exemplos poderiam ser ilustrados, como facilmente se compreenderá por um raciocínio lógico das situações atrás enumeradas. -----

2-0 Poder do Tempo -----

Face a todas estas situações, com a chegada da Democracia, o povo começou a manifestar-se contra este estado de coisas. -----

Todos os meus antecessores levantaram neste e noutros órgãos próprios^ vontade de o concelho de Mealhada e nomeadamente a freguesia de Barcouço, pertencerem ao Distrito de Coimbra. -----

Como sempre foram feitas "orelhas de mercador" o próprio povo começou a "desbravar caminho á sua maneira", dado que por virtude das circunstâncias escritas e burocráticas, não era possível de outra forma. -----

E quando as leis são muito rígidas, o português sabe bem como contorná-las. ---

Começou pelo recenseamento eleitoral. Habilmente começou por mudar de residência, recenseando-se na freguesia de conveniência (Souselas ou Trouxemil). Obteve assim os mesmos direitos que o seu vizinho. -----

Esta situação foi devidamente comunicada ao STAPE bem como ao Tribunal Constitucional. -----

Mais tarde, e até á bem pouco tempo, já com o cartão de cidadão, o simples endereço postal (3020-832) era automaticamente colocado na freguesia da residência postal. Para os habitantes de Adões e Santa Luzia pertencentes às freguesias de Souselas e Trouxemil não convinha muito. Desencadeada a onda de protestos, junto dos organismos competentes, os CTT foram obrigados a criar novos códigos postais para Adões; Sargento-Mór e Santa-Luzia. -----

Por outro lado, foi à luta. Aos poucos os SMTUC alargaram a zona até Adões e mais tarde até ao início de Sargento-Mór, onde ainda hoje se mantém. Falta chegar a Santa-Luzia a ultima povoação a norte do Concelho de Coimbra. Contudo o prolongamento da linha veio trazer igualdade entre as pessoas do mesmo lugar, bem como permitir uma melhor mobilidade no acesso a Coimbra, em termos de-horários e funcionalidade. -----

Mas também o concelho de Mealhada em termos oficiais, excluindo a divisão administrativa, aos poucos foi "caminhando para Coimbra", -----

*Pertencemos à Região Militar do Centro; Administração Regional de Saúde do Centro - Coimbra; Direção Regional Educação do Centro; Diocese de Coimbra; Centro Regional de Segurança Social do Centro, já que Aveiro passou a serviço Sub-Regional; Região de Turismo do Centro; Ministério da Economia do Centro. E em termos autárquicos? -----*

*Foi com Coimbra que se resolveu a questão do abastecimento público de água à freguesia de Barcouço, e ao concelho de Mealhada. -----*

*Foi com Coimbra que se resolveu a questão dos resíduos sólidos urbanos, ao integrarmos a ERSUC. -----*

*Fazemos parte, como município fundador das Águas do Mondego S.A. conjuntamente com os municípios do distrito de Coimbra e mais tarde os Municípios de Pombal e Leiria. -----*

*Integramos a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, conjuntamente com os concelhos do distrito de Coimbra, hoje alargada ao pinhal interior, e formada por decreto a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. -----*

*Integramos a ADELO - Associação de Desenvolvimento Local conjuntamente com os nossos concelhos vizinhos de Cantanhede, Montemor-o-Velho e Penacova. -----*

*Integramos ainda a Região Coimbra Digital. -----*

*Em suma, é com Coimbra que temos feito parcerias e criadas soluções para os problemas da sociedade contemporânea e é com Coimbra e para Coimbra que certamente continuaremos a caminhar - porque teremos vantagens, entre outras, ao nível da Situação Geográfica; das Dinâmicas da população; dos Fluxos Turísticos; Da Saúde e Educação; Da Mobilidade -etc... -----*

*3 - Situação Atual -----*

*A reforma administrativa iniciada em 1854, penalizou fortemente a população da freguesia de Barcouço, com a sua passagem para o distrito de Aveiro. -----*

*Foram 160 anos de calvário e martírio para os quais a população aprendeu a viver e sobreviver. É chegada a hora de acabarmos com isto. -----*

*A mais recente reforma administrativa do país, operada em 2013, apenas se limitou anexar freguesias, baseadas em pressupostos que ainda hoje estão por comprovar, qual foi de facto o benefício real da mesma, fazendo tábua rasa de situações como as que acabei de enumerar. -----*

*Por isso, o órgão que aqui represento em nome da população da Freguesia de Barcouço, louva, aplaude e apoia a iniciativa do Partido Socialista, sobre a mudança de distrito, esperando nós que desta vez o assunto vá até ao fim, culminando com a passagem para o distrito de Coimbra. -----*

*Estamos por isso disponíveis para auscultar entre outras, a população, as ditas forças vivas das freguesias e do concelho, a classe empresarial municipal, os órgãos autárquicos e associativos, etc..., tendo nós por certo que este é um desejo unânime da população da freguesia de Barcouço, crendo nós que o mesmo é sentido pela população do sul da freguesia de Casal Comba e Pampilhosa, estendendo-se o mesmo certamente à maioria da população do concelho. -----*

*Não tenhamos por isso medo. Fomos eleitos para zelar e servir os interesses das populações, e é esse o nosso objetivo principal. -----*

*Para terminar, recordar que a freguesia de Barcouço, pertence toda ela á denominada bacia hidrográfica do Mondego. -----  
Não separe por isso o homem, aquilo que a mãe natureza criou. -----  
(assinatura) -----*

Interveio o Senhor Deputado Municipal Bruno Coimbra para referir que o tema da mudança de distrito tem sido falado várias vezes e é recorrente, pela proximidade física que existe com Coimbra, e também emocional, mas nunca foi urgente. Nas condições atuais, diria não ser urgente, nem pertinente, porque os distritos são unidades territoriais definidas na Constituição Portuguesa e até são olhadas, de forma provisória, enquanto não se efectivar a regionalização que foi referendada. Questionou a razão da apresentação do tema no tempo em que foi apresentado, sendo fim do ano e altura de discussão do orçamento municipal. Deixou a interrogação sobre a existência de alguma razão política, atendendo à proximidade das eleições, ou seria para distrair e não haver discussão de outros temas essenciais, uma vez que existirão outras prioridades para os mealhadenses, como o orçamento. Considerou que o importante para a discussão deste tema será o que está em causa com a mudança de distrito, como as vantagens. Será feita uma análise profunda do tema e a Coligação não se furtará ao debate, nem nenhum partido o deverá fazer, sendo necessário ouvir as pessoas, as empresas e promover um debate interno e, posteriormente, discutir o assunto. -----

Interveio o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba referindo que não houve urgência na análise do assunto, nem a intenção de distrair de outros temas, uma vez que a sua discussão foi agendada para o último ponto da Ordem de Trabalhos, após, o ponto sobre o orçamento. Só pela "maldade" que fizeram em Barcouço, transformando a freguesia em "manta de retalhos" já mereceu a discussão, sendo nisto que as pessoas se revêm, no distrito de Coimbra e não no de Aveiro. -----

Interveio o Senhor Deputado Municipal Manuel Jacinto referindo que o importante da proposta do Partido Socialista será a discussão do tema e os deputados da Coligação estão interessados nessa discussão, ouvindo as pessoas e trocando ideias. -----

Interveio a Senhora Deputada Municipal Paula Coelho referindo que na anterior assembleia tinha sido lançado o repto da mudança do concelho da Mealhada para o distrito de Coimbra, o que demonstra que não foi a primeira vez que se falou no assunto. Referiu que qualquer deputado municipal pode colocar questões para discussão e o Partido Socialista colocou o tema para discussão o que é legítimo, não compreendendo a relutância na mesma, até porque segundo a história, a Mealhada já pertenceu a Coimbra e quando voltou a pertencer a Aveiro, contrariou as pretensões da população da Mealhada. Leu o início da proposta, o "Partido Socialista propõe o tema da mudança de Distrito do Concelho da Mealhada ... achamos que a Assembleia Municipal é o órgão onde a discussão deste assunto deve ser iniciada", referindo ser isso que está em causa, ou seja, a discussão do tema. -----

O Senhor Deputado Bruno Coimbra interveio para solicitar alguns esclarecimentos sobre a proposta do Partido Socialista, tendo apresentado sugestões para a sua reformulação. -----

A Senhora Presidente, procedeu à leitura dos pontos reformulados da proposta do Partido Socialista, passando a ser: -----

-----PROPOSTA-----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 75

.....  
.....  
Vistas estas situações a bancada do Partido Socialista propõem: -----  
1-Solicitar ao departamento Jurídico da Câmara Municipal da Mealhada as  
necessidades legais para este processo. -----  
2-Criação de um grupo de trabalho no âmbito da Assembleia Municipal, para  
tratar deste tema. -----  
.....”

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, pôs à votação a Proposta. Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves Salgado, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Manuel Amorim da Silva, Bruno Manuel P. Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Maria Clara Luxo Correia, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Ana Filipa Varela Soares Pereira, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António Miguel de Miranda Ferreira, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes. Abstiveram-se os seguintes Deputados Municipais: Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos e António Nogueira das Neves. -----

A Proposta foi aprovada por maioria, com os 24 votos a favor e 2 abstenções. e em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

A Senhora Deputada Isabel Lemos pediu a palavra para referir que os Deputados Municipais da CDU, abstiveram-se, pela experiência que tiveram no passado, com a criação de grupos de trabalho da Assembleia Municipal, e abstiveram-se na votação para o Orçamento, por falta de verbas para o funcionamento da Assembleia Municipal, entendendo que na aprovação destes assuntos, deve existir a preocupação dos apoios financeiros. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pela 1 hora e 40 minutos, do dia 29 de Novembro, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, por mim, subscrita por Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

Daniela de Melo Esteves

